

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM
GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, DA BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S.A.**

ENTRE

**BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S.A.,
COMO EMISSORA,**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO,**

PHILCO ELETRÔNICOS S.A.

DIAMOND BUSINESS TRADING S.A.,

E

SR. CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA E SRA. ADRIANA VIALLE BUFFARA,

COMO FIADORES

**DATADA DE
29 DE SETEMBRO DE 2014**





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM
GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, DA BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

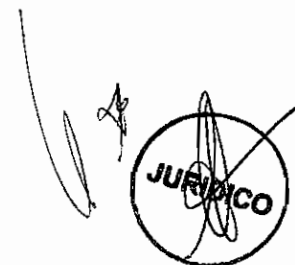
- (a) **BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1.330, Bairro Hugo Lange, CEP 80.040-265, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.492.701/0001-57, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Emissora**");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas titulares das Debêntures, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**");
- (c) **PHILCO ELETRÔNICOS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1.330, Bairro Hugo Lange, CEP 80.040-265, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.283.356/0001-04, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Philco**");
- (d) **DIAMOND BUSINESS TRADING S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dona Francisca, nº 12.340, Bairro Pirabeiraba, CEP 89.239-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.019.308/0001-28, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Diamond**"); e
- (e) **Sr. CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 1.452.807-5, expedida pela SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº 834.017.689-72 e **Sra. ADRIANA VIALLE BUFFARA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de



- 1.1.10. "**Boletos**": possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.8.1;
- 1.1.11. "**CETIP**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.12. "**CETIP 21**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.13. "**Código ANBIMA**": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.14. "**Código Civil Brasileiro**": possui o significado atribuído no item 5.9.2;
- 1.1.15. "**Código de Processo Civil Brasileiro**": possui o significado atribuído no item 5.9.2;
- 1.1.16. "**Contas Vinculadas**": possui o significado atribuído no inciso (ii) do item 5.8.1;
- 1.1.17. "**Contrato de Distribuição**": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.18. "**Contrato de Cessão Fiduciária**": possui o significado atribuído no item 5.8.3;
- 1.1.19. "**Coordenador Líder**": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.20. "**Data de Emissão**": possui o significado atribuído no item 5.1.8;
- 1.1.21. "**Data de Integralização**": possui o significado atribuído no item 5.2.3;
- 1.1.22. "**Data de Vencimento**": possui o significado atribuído no item 5.1.9;
- 1.1.23. "**Data do Resgate Antecipado Facultativo**": possui o significado atribuído no item 5.12.2;
- 1.1.24. "**Debêntures**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.25. "**Debêntures em Circulação**": possui o significado atribuído no item 10.1.5;
- 1.1.26. "**Debenturistas**": possui o significado atribuído no item 5.1.5;
- 1.1.27. "**Diamond**": possui o significado atribuído no item (d) do preâmbulo;

- 1.1.28. **"Dia Útil"**: possui o significado atribuído no item 12.8.2;
- 1.1.29. **"Emissão"**: possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.30. **"Emissora"**: possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.31. **"Escritura de Emissão"**: significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Britânia Eletrodomésticos S.A.;
- 1.1.32. **"Escriturador Mandatário"**: possui o significado atribuído no item 11.1;
- 1.1.33. **"Evento de Inadimplemento"**: possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.1.34. **"Fianças"**: possui o significado atribuído no item 5.9.1;
- 1.1.35. **"Fiadores"**: possui o significado atribuído no item (e) do preâmbulo;
- 1.1.36. **"Garantias Reais"**: possui o significado atribuído no item 5.8.1;
- 1.1.37. **"IGP-M"**: possui o significado atribuído no inciso (iv) do item 6.1.1;
- 1.1.38. **"Índices Financeiros"**: possui o significado atribuído no inciso (iii) do item 7.1.1;
- 1.1.39. **"Instrução CVM 28"**: possui o significado atribuído no item 9.2.4;
- 1.1.40. **"Instrução CVM 358"**: possui o significado atribuído no inciso (xxiii) do item 7.1.1;
- 1.1.41. **"Instrução CVM 476"**: possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.42. **"Investidores Qualificados"**: possui o significado atribuído no item 4.6.2;
- 1.1.43. **"Investimentos Permitidos"**: possui o significado atribuído no inciso (iii) do item 5.8.1;



- 1.1.44. **"Jornais de Publicação da Emissora"**: possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.45. **"JUCEPAR"**: possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.46. **"Juros Remuneratórios"**: possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.47. **"Lei das Sociedades por Ações"**: possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.48. **"MDA"**: possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.49. **"Notificação de Vencimento Antecipado"**: possui o significado atribuído no item 6.1.4.2;
- 1.1.50. **"Obrigações Garantidas"**: possui o significado atribuído no item 5.9.1;
- 1.1.51. **"Oferta Restrita"**: possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.52. **"Período de Capitalização"**: possui o significado atribuído no item 5.6.1.1;
- 1.1.53. **"Philco"**: possui o significado atribuído no item (c) do preâmbulo;
- 1.1.54. **"Preço de Subscrição"**: possui o significado atribuído no item 5.2.2;
- 1.1.55. **"Quorum Qualificado"**: possui o significado atribuído no item 5.6.6;
- 1.1.56. **"Recebíveis"**: possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.8.1;
- 1.1.57. **"Recursos das Contas Vinculadas"**: possui o significado atribuído no inciso (ii) do item 5.8.1;
- 1.1.58. **"Resgate Antecipado Facultativo"**: possui o significado atribuído no item 5.12.1;
- 1.1.59. **"Saldo na Data do Evento de Inadimplemento"**: possui o significado atribuído no item 6.1.4.3;
- 1.1.60. **"Sra. Adriana"**: possui o significado atribuído no item (e) do preâmbulo;
- 1.1.61. **"Sr. César"**: possui o significado atribuído no item (e) do preâmbulo;



- 1.1.62. "**Taxa DI**": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.63. "**Valor Mínimo**": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.64. "**Valor Nominal Unitário**": possui o significado atribuído no item 5.1.1;
- 1.1.65. "**Valor Total da Emissão**": possui o significado atribuído no item 4.5.1; e
- 1.1.66. "**Vencimento Antecipado**": possui o significado atribuído no item 6.1.1.

CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÃO

- 2.1. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Garantia Real (conforme definido abaixo), pela Emissora, são realizadas de acordo com a autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2014 ("**AGE da Emissora**").
- 2.2. A prestação de Fiança (conforme definido abaixo) e a outorga de Garantia Real, pela Philco, bem como a celebração desta Escritura de Emissão são realizadas de acordo com a autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Philco, realizada em 23 de setembro de 2014 ("**AGE da Philco**").
- 2.3. A prestação de Fiança e a celebração desta Escritura de Emissão, pela Diamond, são realizadas de acordo com a autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Diamond, realizada em 22 de setembro de 2014 ("**AGE da Diamond**").

CLÁUSULA III - REQUISITOS

- 3.1. A 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente) será realizada em observância ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("**Lei das Sociedades por Ações**"), de acordo com os requisitos a seguir.




3.2. **Arquivamento e Publicação dos Atos da Emissora, Philco e Diamond**

- 3.2.1. A ata da AGE da Emissora que deliberou sobre a Emissão e a outorga da Garantia Real será devidamente: **(i)** arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR"); e **(ii)** publicada no Jornal Metr pole e no Diário Oficial do Estado do Paraná ("Jornais de Publicação da Emissora"), nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.
- 3.2.2. A ata da AGE da Philco que deliberou sobre a Fiança e a outorga da Garantia Real será devidamente: **(i)** arquivada perante a JUCEPAR; e **(ii)** publicada no Jornal Metr pole e no Diário Oficial do Estado do Paraná.
- 3.2.3. A ata da AGE da Diamond que deliberou sobre a Fiança será devidamente: **(i)** arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC); e **(ii)** publicada no jornal "A Not cia" e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

3.3. **Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos**

- 3.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCEPAR, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo terceiro da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser levada a registro pela Emissora em até 5 (cinco) Dias úteis (conforme definido abaixo) contados da data da assinatura do respectivo instrumento.

3.4. **Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

- 3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM n  476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n  6.385, de 7 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, bem como nos termos do artigo 6  da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.



registrada, da Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

4.1.1. A Emissora tem por objeto social: **(i)** a prestação de serviços de escritório e apoio administrativo; **(ii)** a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista; **(iii)** a fabricação, comercialização e exportação de aparelhos de uso elétrico, eletrônicos, eletrodomésticos, componentes ou produtos de plásticos e móveis de aço, a importação e comercialização de aparelhos de uso elétrico, eletrônicos e eletrodomésticos, a importação de componentes necessários à produção de aparelhos de uso elétrico, eletrônicos, eletrodomésticos e comercialização de equipamentos de informática; **(iv)** o comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e em laboratórios; **(v)** a prestação de serviço de assistência técnica de produtos comercializados pela empresa; e **(vi)** a realização de atividades de promoção de vendas.

4.2. Destinação dos Recursos da Emissão

4.2.1. Os recursos desta Emissão deverão ser utilizados pela Emissora exclusivamente para alongamento do perfil das dívidas, cuja comprovação deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2014.



4.2.2. Para fins de comprovação da destinação dos recursos da Emissão, a Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma declaração, assinada pelos seus representantes legais, atestando o cumprimento do disposto no item 4.2.1 acima, nos termos do anexo I à presente Escritura de Emissão.

4.3. Número da Emissão

4.3.1. A Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.4. Número de Séries

4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5. **Valor Total da Emissão**

- 4.5.1. O valor total da Emissão é de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("**Valor Total da Emissão**") na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.6. **Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição**

- 4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, de acordo com os termos e condições estabelecidos no "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da 1ª (Primeira) Emissão da Britânia Eletrodomésticos S.A." ("**Contrato de Distribuição**").
- 4.6.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**"). Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: **(a)** todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados; e **(b)** as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 4.6.3. No âmbito da Oferta Restrita: **(i)** será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e **(ii)** as Debêntures deverão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados. Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: **(a)** fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como único investidor para os fins dos limites previstos nos incisos (i) e (ii) do presente item; e **(b)** os investidores que exercerem direito de prioridade ou preferência não serão considerados para os fins dos limites previstos nos incisos (i) e (ii) do presente item.
- 4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que:

(i) as informações recebidas são suficientes para a sua tomada de decisão a respeito das Debêntures e da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada perante a ANBIMA, observado o disposto no item 3.5.1 acima; e (iii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 476, somente podendo ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados e desde que a Emissora cumpra as obrigações contidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

4.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.6.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.

CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

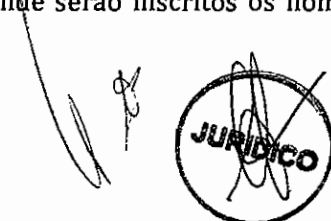
5.1.1. Valor Nominal Unitário. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

5.1.2. Atualização do Valor Nominal Unitário. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

5.1.3. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.

5.1.4. Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do parágrafo segundo do artigo 63 da Lei das Sociedades por Ações.

5.1.5. Comprovação de Titularidade. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido abaixo), onde serão inscritos os nomes dos



respectivos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"). Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

- 5.1.6. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória.
- 5.1.7. Classe. As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.1.8. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos, a data da emissão das Debêntures será 3 de outubro de 2014 ("**Data de Emissão**").
- 5.1.9. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta) meses contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 3 de outubro de 2019 ("**Data de Vencimento**"), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) devidos, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) e de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), previstas, respectivamente, nos itens 6.1.1 e 5.12.1 desta Escritura de Emissão.

5.2. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

- 5.2.1. Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, observado o prazo de distribuição, conforme disposto no item 4.6 da presente Escritura de Emissão.
- 5.2.2. Preço de Subscrição. O preço de subscrição de cada Debênture será o Valor Nominal Unitário ("**Preço de Subscrição**").
- 5.2.3. Integralização e Forma de Pagamento. Todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data ("**Data de Integralização**"). A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, em valor correspondente, de cada Debênture, ao Preço de Subscrição.



5.3. **Direito de Preferência**

5.3.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.4. **Participação nos Lucros**

5.4.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

5.5. **Prêmio de Reembolso**

5.5.1. As Debêntures não farão jus a prêmio de reembolso.

5.6. **Remuneração das Debêntures**

5.6.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 123,50% (cento e vinte e três inteiros e cinquenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a respectiva data de pagamento dos Juros Remuneratórios, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), aplicando-se a fórmula descrita no item 5.6.3 abaixo ("Juros Remuneratórios").

5.6.1.1. Define-se como "**Período de Capitalização**" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

5.6.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão, no dia 3 dos meses de abril e outubro de cada ano, ou no primeiro Dia Útil subsequente, caso o mesmo não



seja Dia Útil, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios será devido em 3 de abril de 2015 e o último pagamento dos Juros Remuneratórios será devido na Data de Vencimento, na data de Vencimento Antecipado ou na data do Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro.

5.6.3. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor unitário dos Juros Remuneratórios devido no final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, sendo "k" um número inteiro;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"p" 123,50 (cento e vinte e três inteiros e cinquenta centésimos);

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$



onde,

"DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- (i) o fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI", com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.6.4. Ressalvado o disposto no item 5.6.6 abaixo, caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, na referida data, será aplicada a última Taxa DI aplicável divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto pela Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

5.6.5. Caso a Taxa DI venha a ser substituída oficialmente por outra taxa substituta, conforme aplicável, será aplicada a referida taxa substituta, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto pela Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da aplicação da taxa substituta.

5.6.6. Na ausência da apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis ou em caso de extinção da Taxa DI sem a substituição por taxa oficial substituta da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), em até 2



(dois) Dias Úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) ("**Quorum Qualificado**"), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou dentro de outro prazo ou cronograma, conforme vier a ser decidido na referida Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, utilizando, para tanto, a última Taxa DI divulgada, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, sem qualquer prêmio.

5.6.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes da alteração da taxa de juros referencial, definida na Assembleia Geral de Debenturistas, ou antes de eventual pagamento pela Emissora, a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada como parâmetro para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

5.6.8. Farão jus aos pagamentos previstos nesta Escritura de Emissão, aqueles que forem titulares de Debêntures no final do Dia Útil anterior à data de pagamento, conforme previsto nesta Escritura de Emissão.

5.7. Amortização Programada

5.7.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas semestrais e consecutivas, sempre no dia 3 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo a primeira parcela devida a partir do 30º (trigésimo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, em 3 de abril de 2017, conforme descrito na tabela abaixo:

Data de Pagamento da Parcela de Amortização	Percentual de Amortização (%)
03/04/2017	16,66
03/10/2017	16,66



03/04/2018	16,66
03/10/2018	16,66
03/04/2019	16,66
03/10/2019	16,70

5.8. **Garantias Adicionais Reais**

5.8.1. Em garantia do fiel e pontual pagamento pela Emissora: **(i)** do valor correspondente a 20% (vinte por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em Circulação, efetivamente subscritas e integralizadas, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*; **(ii)** dos encargos moratórios decorrentes de eventual atraso, pela Emissora, no pagamento de suas obrigações devidas nos termos da presente Escritura de Emissão; **(iii)** dos tributos, despesas e custos devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão; e **(iv)** das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário e pelos Debenturistas, necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas, incluindo a excussão da presente garantia, nos termos da presente Escritura de Emissão, as Debêntures contarão com as garantias reais correspondentes à cessão fiduciária de direitos creditórios principais e acessórios, existentes e futuros, da Emissora e da Philco ("**Garantias Reais**"):

- (i) performados, provenientes das vendas realizadas de produtos de qualquer natureza, pela Emissora e pela Philco a determinados clientes, pagos via boletos de cobrança preparados pela Emissora e pela Philco e encaminhados para registro ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário ("**Boletos**" e "**Banco Depositário**", respectivamente), incluindo, mas não se limitando, ao montante principal, juros, multas e encargos moratórios, os recursos decorrentes da liquidação dos Boletos e os recursos em trânsito e em fase de compensação bancária, sempre vinculados às carteiras de cobrança da Emissora e da Philco, conforme os termos e condições do "Termo de Adesão às Cláusulas Gerais do Contrato Único de Prestação de Serviços", celebrado pelo Banco Depositário com a Emissora e com a Philco ("**Recebíveis**");
- (ii) decorrentes dos valores depositados a qualquer tempo ou mantidos nas contas vinculadas nº 999.001-1, de titularidade da Emissora, e nº 999.002-X, de titularidade da Philco, ambas mantidas junto à agência



nº 3306-5 do Banco Depositário, para recebimento dos Recebíveis ("Contas Vinculadas"), decorrentes do pagamento dos Recebíveis pelos Clientes, bem como todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados nas Contas Vinculadas, independentemente de onde se encontrarem, inclusive em trânsito ou em fase de compensação bancária ("Recursos das Contas Vinculadas"); e

(iii) decorrentes de eventuais aplicações e investimentos realizados, exclusivamente, com os Recebíveis e com os Recursos das Contas Vinculadas, incluindo todos os juros, atualização monetária, demais produtos, frutos e rendimentos ("Investimentos Permitidos"), bem como recursos resultantes das amortizações e resgates dos Investimentos Permitidos.

5.8.2. Para todos os fins e efeitos, os Recebíveis juntamente com eventuais Recursos das Contas Vinculadas deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em Circulação, efetivamente subscritas e integralizadas, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* ("Valor Mínimo"). O Valor Mínimo deverá ser apurado mensalmente pelo Agente Fiduciário, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo).

5.8.3. As Garantias Reais observarão os termos e condições específicos estabelecidos no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Decorrentes de Contas Bancárias e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora, Philco, Agente Fiduciário e Banco Depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária").

5.8.4. O Contrato de Cessão Fiduciária será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades onde se localizam as sedes das partes do Contrato de Cessão Fiduciária. Após os registros, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma via original registrada no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do efetivo registro.

5.9. Garantias Adicionais Fidejussórias

5.9.1. Em garantia do fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias da Emissora decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), os Fiadores prestam



fianças em favor dos Debenturistas, obrigando-se como garantidores e principais responsáveis pelo pagamento de todos os valores devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo e despesa razoável e comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária ou dos demais documentos da Emissão ("**Fianças**").

- 5.9.2. Cada um dos Fiadores renuncia expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e alterações posteriores ("**Código Civil Brasileiro**") e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e alterações posteriores ("**Código de Processo Civil Brasileiro**").
- 5.9.3. Os valores devidos aos Debenturistas em decorrência das Fianças serão pagos pelos respectivos Fiadores no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento, na Data de Vencimento ou na data de pagamento de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração e encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
- 5.9.4. As Fianças são prestadas pelos Fiadores, em caráter irrevogável e irretratável, e permanecerão em vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão.
- 5.9.5. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a excussão, judicial ou extrajudicial, das Fianças, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. As Fianças poderão ser excutidas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não excussão das Fianças, pelo Agente Fiduciário



não ensejará, em nenhuma hipótese, perda do direito de excussão das Fianças pelos Debenturistas.

- 5.9.6. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para excussão das Fianças, em favor dos Debenturistas, não ensejará, em nenhuma hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previstos, podendo as Fianças serem executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.
- 5.9.7. Não há preferência quanto à excussão das Fianças ou das Garantias Reais. As Fianças e as Garantias Reais são garantias diversas, independentes e autônomas e asseguram o pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas.
- 5.9.8. As Fianças entrarão em vigor na data de celebração, pelas partes, desta Escritura de Emissão e permanecerão válidas até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas.
- 5.9.9. Os Fiadores somente poderão receber, exigir ou demandar da Emissora qualquer valor honrado pelos respectivos Fiadores, nos termos das Fianças, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.
- 5.9.10. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 5.9.11. Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores das Obrigações Garantidas, independentemente das Garantias Reais ou de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas no âmbito da Emissão.
- 5.9.12. O valor correspondente às Obrigações Garantidas será pago pelos Fiadores em até 2 (dois) Dias Úteis, nos termos do item 5.9.3 acima, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às referidas obrigações.



5.9.13. A Sra. Adriana e o Sr. César comparecem neste instrumento, também, para, reciprocamente, concederem sua autorização à prestação da Fiança pelo respectivo cônjuge, nos termos do artigo 1.647 do Código Civil Brasileiro.

5.10. **Condições de Pagamento**

5.10.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão realizados conforme disposto nos itens a seguir:

5.10.1.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão realizados pela Emissora: **(i)** utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou **(ii)** na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, na sede da Emissora ou, conforme o caso, pelo Escriturador Mandatário, a critério da Emissora.

5.10.1.2. Todo vencimento dos pagamentos que ocorra em sábados, domingos e feriados declarados nacionais, inclusive perante a CETIP, será, para todos os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, prorrogado para o Dia Útil subsequente.

5.10.1.3. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente da incidência dos Juros Remuneratórios, ficarão sujeitos a: **(i)** multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e **(ii)** juros de mora calculados pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores em atraso, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.10.1.4. Caso os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.



5.11. **Repactuação**

5.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.12. **Resgate Antecipado**

5.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 3 de outubro de 2016, realizar o resgate antecipado facultativo, total ou parcial, das Debêntures em Circulação ("**Resgate Antecipado Facultativo**").

5.12.2. A Emissora deverá notificar os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço e na forma disposta no item 12.7.1 abaixo e, adicionalmente, a seu exclusivo critério, publicar aviso aos Debenturistas, nos termos do item 12.6.1 abaixo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, acerca do Resgate Antecipado Facultativo, informando: **(i)** a data pretendida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo ("**Data do Resgate Antecipado Facultativo**"); **(ii)** a quantidade de Debêntures que serão resgatadas; **(iii)** o valor correspondente ao pagamento, que será calculado nos termos do item 5.12.3 abaixo; e **(iv)** qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

5.12.3. O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures pela Emissora, no todo ou em parte, será realizado mediante o pagamento: **(i)** do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; **(ii)** dos encargos moratórios devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, se houver; e **(iii)** do prêmio de resgate antecipado, calculado nos termos do item 5.12.4 abaixo.

5.12.4. O prêmio de resgate antecipado incidirá sobre o somatório dos valores indicados nos subitens (i) e (ii) do item 5.12.3 acima, e corresponderá aos seguintes valores:

Data de Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio
entre 3 de outubro de	1,05% (um inteiro e cinco centésimos por



2016, inclusive, e 2 de outubro de 2017, inclusive	cento)
entre 3 de outubro de 2017, inclusive, e 2 de outubro de 2018, inclusive	0,70% (setenta centésimos por cento)
entre 3 de outubro de 2018, inclusive, e 2 de outubro de 2019, inclusive	0,35% (trinta e cinco centésimos por cento)

5.12.5. O Resgate Antecipado Facultativo parcial deverá ser realizado de acordo com os procedimentos operacionais da CETIP e observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas do processo de validação do Resgate Antecipado Facultativo parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Para todos os fins e efeitos, o sorteio das Debêntures, nos termos do parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, será coordenado pelo Agente Fiduciário.

5.12.6. No caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo será realizado pelo Banco Liquidante de Emissão (conforme definido abaixo), mediante depósito em contas correntes a serem indicadas pelos Debenturistas.

5.12.7. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data pretendida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.13. **Aquisição Antecipada Facultativa**

5.13.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir no mercado as Debêntures: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto desse procedimento



poderão: **(a)** ser canceladas; **(b)** permanecer em tesouraria da Emissora; ou **(c)** ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se é quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios, nos termos desta Escritura de Emissão, assim como as Debêntures que ainda estiverem em circulação.

CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado

6.1.1. A ocorrência de quaisquer das situações previstas neste item, desconsiderados eventuais prazos de cura previstos para reversão do descumprimento, caracterizará o inadimplemento de obrigações da Emissora ("**Evento de Inadimplemento**") e, permanecendo o inadimplemento após os respectivos prazos de cura, se aplicáveis, consubstanciará hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido de Juros Remuneratórios devidos e não pagos desde a Data da Integralização ou da última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, nos termos a seguir ("**Vencimento Antecipado**"):

- (i) não cumprimento, pela Emissora, de obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária ou nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, não sanadas no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do descumprimento;
- (ii) não cumprimento, pela Emissora, de obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária ou nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, não sanadas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do descumprimento;
- (iii) **(a)** decretação de falência da Emissora, Philco ou Diamond; **(b)** pedido de autofalência pela Emissora, Philco ou Diamond; **(c)** pedido de falência da Emissora, Philco ou Diamond formulado por



terceiros e não elidido no prazo legal; **(d)** pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, Philco ou Diamond, ou eventos análogos, tais como, intervenção ou liquidação extrajudicial, independente do deferimento do seu processamento; **(e)** liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, Philco ou Diamond; ou **(f)** decretação de insolvência, falecimento, declaração judicial em qualquer instância de incapacidade ou ausência de Sr. César ou Sra. Adriana;

- (iv) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento, de qualquer obrigação financeira da Emissora ou dos Fiadores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") a partir da Data de Emissão;
- (v) ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora ou dos Fiadores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (vi) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou dos Fiadores;
- (vii) protesto de títulos contra a Emissora ou os Fiadores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão, exceto se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data de notificação do respectivo protesto, tiver sido comprovado que o protesto: **(a)** foi realizado por erro ou má fé de terceiros; **(b)** foi cancelado ou sustado; ou **(c)** teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;



- (viii) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora ou os Fiadores;
- (ix) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, Philco ou Diamond que modifique substancialmente as atividades por elas praticadas na presente data e que venham comprovadamente a afetar a capacidade financeira da Emissora, Philco ou Diamond, conforme o caso;
- (x) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Emissora que não afetem materialmente as atividades da Emissora;
- (xi) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora, Philco ou Diamond, sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado;
- (xii) qualquer outra forma de reorganização societária que não esteja prevista no inciso (xi) acima e que possa resultar no ingresso de qualquer terceiro, direta ou indiretamente, na composição acionária da Emissora, Philco ou Diamond, sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado. Para efeitos do presente item, "terceiro" significa qualquer pessoa física ou jurídica que não faça parte, direta ou indiretamente, da composição acionária da Emissora, Philco ou Diamond, na presente data;
- (xiii) ocorrência de alteração do poder de controle, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, direto ou indireto, da Emissora ou suas controladas, da Philco ou da Diamond;
- (xiv) eventos ou situações que comprovadamente afetem de maneira adversa a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, Philco ou Diamond de cumprirem com suas respectivas obrigações relacionadas às Debêntures, à Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária ou aos demais documentos da Emissão;



- (xv) caso a relação "Dívida Líquida/EBITDA", contemplando os números da Emissora e de suas controladas, apurados, no mínimo, anualmente, a partir do exercício social com término em 31 de dezembro de 2014, com base nos balanços auditados por sociedade de auditores independentes devidamente registrada na CVM e expressos nos relatórios de auditoria, seja: **(a)** superior a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos), durante o exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2014; **(b)** superior a 3 (três), durante o exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2015; ou **(c)** superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos), a partir de 2016 até a Data de Vencimento;
- (xvi) caso a relação "EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas" contemplando os números da Emissora e de suas controladas, apurados, no mínimo, anualmente, a partir do exercício social com término em 31 de dezembro de 2014, com base nos balanços anuais auditados por sociedade de auditores independentes devidamente registrada na CVM e expressos nos relatórios de auditoria, seja: **(a)** menor ou igual a 1,5 (um inteiro e cinco décimos), durante o exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2014; **(b)** menor ou igual a 2 (dois), durante o exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2015; ou **(c)** menor ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos), a partir de 2016 até a Data de Vencimento;
- (xvii) caso, em qualquer momento, até a Data de Vencimento das Debêntures, o Índice de Liquidez Corrente da Emissora seja menor que 2 (dois);
- (xviii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores no âmbito da Emissão;
- (xix) caso as Fianças ou Garantias Reais: **(a)** não sejam devida e validamente constituídas nos respectivos prazos previstos nesta Escritura de Emissão e mantidas de forma válida, plena, eficaz e exequível durante todo o prazo de vigência das Debêntures, até a Data de Vencimento; **(b)** de qualquer forma, deixem de existir, total ou parcialmente, deteriorem-se ou sejam rescindidas; **(c)** sejam objeto de questionamento judicial por quaisquer terceiros; ou **(d)**



forem anuladas por decisão judicial transitada em julgado, sem que, em qualquer das situações anteriores, haja uma substituição por outra garantia, em montante igual ao originalmente estabelecido e aprovado pelos Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da ciência da Emissora ou dos Fiadores sobre a ocorrência do respectivo evento, conforme o caso;

- (xx) caso as Fianças ou Garantias Reais sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora ou pelos Fiadores;
- (xxi) transformação da Philco ou da Diamond em sociedade limitada, sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado;
- (xxii) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora ou dos Fiadores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão, exceto se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o respectivo arresto, sequestro ou penhora foi substituído por outra garantia;
- (xxiii) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- (xxiv) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão, exceto se estiverem sendo comprovadamente contestadas no prazo legal ou administrativo aplicável;



- (xxv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado;
- (xxvi) descumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na Instrução CVM 476 e demais disposições legais e normativas aplicáveis à Emissora e à Oferta Restrita e não sanado dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis;
- (xxvii) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para destinação diversa daquela prevista no item 4.2.1 acima;
- (xxviii) caso os documentos relacionados à Emissão se tornarem inexecutíveis, no todo ou em parte, nos termos da legislação aplicável, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias contado da data em que os documentos relacionados à Emissão se tornarem inexecutíveis nos termos da legislação aplicável, a Emissora apresentar proposta aos Debenturistas para manter a dívida decorrente das Debêntures válida, devendo tal proposta ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado;
- (xxix) alteração de qualquer disposição prevista nos atos constitutivos da Emissora que coloque em risco a segurança do crédito dos Debenturistas, incluindo, mas não se limitando a transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxx) qualquer outra circunstância que torne definitivamente impossível o integral cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xxxi) cessação, pela Emissora, de suas atividades empresariais ou adoção das medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (xxxii) sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, alienação, cessão ou transferência de bens do intangível, imobilizado e/ou investimentos, integrantes do ativo não circulante da Emissora, cujo valor acumulado, durante um exercício social, seja igual ou superior a 1% (um por cento) do



somatório das contas intangível, imobilizado e investimentos do ativo não circulante, com base nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro do exercício social imediatamente anterior, auditados por sociedade de auditores independentes, devidamente registrada na CVM, e cujo produto da alienação, cessão ou transferência dos ativos não seja utilizado para a quitação da parcela da dívida investida em tais ativos;

- (xxxiii) pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou juros sobre capital próprio, se estiver em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações relacionadas à Emissão;
- (xxxiv) redução do capital social da Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado;
- (xxxv) questionamento judicial desta Escritura de Emissão ou de qualquer das Garantias Reais ou Fianças: **(a)** pela Emissora ou Fiadores; **(b)** por qualquer das controladoras ou controladas da Emissora ou dos Fiadores, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundos de investimento; ou **(c)** por qualquer coligada da Emissora ou dos Fiadores;
- (xxxvi) caso a Emissora não tenha suas demonstrações financeiras anualmente auditadas por auditor independente registrado perante a CVM, nos prazos e condições legais; ou
- (xxxvii) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade, nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão ou de qualquer de suas disposições ou do Contrato de Cessão Fiduciária ou de qualquer de suas disposições.

6.1.2. Para efeitos do presente: **(i) "EBITDA"** significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro (excluído deste o resultado com ajuste a valor presente e o resultado de descontos obtidos/concedidos), do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários; **(ii) "Dívida"** significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídas as obrigações decorrentes de aceites bancários, marcas a



pagar, empréstimos de acionistas, títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/*leasing* financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos); **(iii) "Dívida Líquida"** significa o valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos); **(iv) "Despesas Financeiras Líquidas"** significa o somatório, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais líquidas, despesas líquidas relacionadas a *hedge*/derivativos, menos os juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, e excluindo juros sobre capital próprio, despesas e receitas com ajuste a valor presente e despesas com descontos concedidos; e **(v) "Índice de Liquidez Corrente"** significa a relação entre o total de ativos circulantes e passivos circulantes.

- 6.1.3. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplementos indicados nos incisos (i), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (xi), (xii), (xix), (xx), (xxi), (xxv), (xxvii), (xxviii), (xxix), (xxx), (xxxii), (xxxiii), (xxxiv), (xxxvi) e (xxxvii) do item 6.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, pelo Agente Fiduciário nesse sentido.
- 6.1.4. Os Debenturistas poderão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, deliberar sobre a eventual não declaração do Vencimento Antecipado, na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento não mencionados expressamente no item 6.1.3 acima e observados os respectivos prazos de cura aplicáveis.
- 6.1.4.1. Na hipótese prevista no item 6.1.4 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 1 (um) Dia Útil da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Inadimplemento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da eventual não declaração do Vencimento Antecipado.
- 6.1.4.2. Se os Debenturistas, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, decidirem, por decisão de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, por não declarar o Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário não deverá declarar o Vencimento Antecipado.



Caso contrário, ou em caso de não instalação em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o Vencimento Antecipado e notificar a Emissora, em até 1 (um) Dia Útil ("**Notificação de Vencimento Antecipado**"), acerca da referida decisão ou da não instalação, conforme o caso.

- 6.1.4.3. Na data em que a Emissora receber a Notificação de Vencimento Antecipado, a Emissora terá 1 (um) Dia Útil para pagar o valor correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do Evento de Inadimplemento, acrescido de multa e demais encargos moratórios, nos termos desta Escritura de Emissão ("**Saldo na Data do Evento de Inadimplemento**").

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS


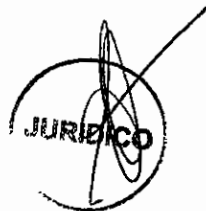
7.1. Obrigações Adicionais da Emissora e dos Fiadores

- 7.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora e os Fiadores obrigam-se, conforme o caso, a cumprir as disposições abaixo:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário: **(a)** qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, exceto se a obtenção da informação depender de certidões ou outros documentos a serem expedidos por órgãos ou repartições públicas, hipótese em que a Emissora deverá: **(a.1)** solicitá-los junto aos referidos órgãos ou repartições públicas em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da solicitação do Agente Fiduciário; **(a.2)** informar o Agente Fiduciário sobre o andamento da solicitação junto aos órgãos ou repartições públicas; e **(a.3)** comprovar o cumprimento das exigências dos órgãos ou repartições públicas a cada 5 (cinco) Dias Úteis; e **(b)** informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;



- (ii) apresentar aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, conforme solicitado, em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação por escrito neste sentido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória, relacionados a esta Escritura de Emissão;
- (iii) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de 3 (três) meses após o término de cada exercício social: **(a)** cópia das demonstrações financeiras completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, bem como o relatório específico de apuração dos índices financeiros indicados nos incisos (xv), (xvi) e (xvii) do item 6.1.1 acima ("**Índices Financeiros**"), elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e **(b)** declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: **(b.i)** que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária; **(b.ii)** a não ocorrência de qualquer das hipóteses de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e **(b.iii)** que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;
- (iv) apresentar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, cópias de todas as atas das assembleias gerais de acionistas, das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal da Emissora, Philco e Diamond, conforme o caso, que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (v) fornecer aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, todas as informações corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão;

- (vi) notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil sobre qualquer alteração substancial nas condições, financeiras ou não, ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma substancial, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão ou das Debêntures;
- (vii) manter válidos, eficazes e em pleno vigor e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões e aprovações essenciais ao desenvolvimento das atividades preponderantes da Emissora;
- (viii) cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nas referidas licenças, assim como manter em vigor todos os contratos e demais acordos relevantes e que representem condição fundamental para a consecução do seu objeto social e para o seu funcionamento regular;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) não praticar ato em desacordo com seu estatuto social ou esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária ou outro documento relacionado à Emissão;
- (xi) não contrair empréstimos, financiamentos, operações de endividamento, emissão de quaisquer instrumentos de crédito para captação de recursos que façam com que a Emissora deixe de manter os Índices Financeiros previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xii) em caso de eventos que venham a caracterizar o Vencimento Antecipado, ressarcir os Debenturistas, mediante pagamento de valores devidos, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xiii) contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, a suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante de Emissão e à CETIP;



- (xiv) cumprir todas as leis, regras, regulamentos, ordens aplicáveis, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias e instâncias judiciais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive ambientais, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xv) convocar, nos termos desta Escritura de Emissão e no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça no prazo aplicável;
- (xvi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que solicitada e convocada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xvii) manter, conservar e preservar, em boa ordem e condições de funcionamento, todos os bens substanciais, necessários ou úteis para a devida condução dos negócios da Emissora;
- (xviii) comunicar ao Agente Fiduciário, na mesma data em que se verificar sua ocorrência, qualquer ocorrência que importe modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 4.2 desta Escritura de Emissão;
- (xix) não realizar alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- (xx) não distribuir recursos aos acionistas da Emissora acima do mínimo legal ou contido no estatuto social da Emissora, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros ou amortização de dívida subordinada ou redução de capital, participação nos resultados e honorários, a qualquer título, exceto se tal distribuição não resultar na violação a qualquer uma das obrigações de manutenção dos Índices Financeiros ou demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xxi) não votar, realizar ou permitir que seja votada ou realizada, por ocasião de qualquer alteração do estatuto social da Emissora,



qualquer matéria que coloque em risco a segurança do crédito dos Debenturistas;

- (xxii) manter em situação regular suas obrigações junto a autoridades governamentais competentes, durante o prazo de vigência desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 358**"), nos termos da Instrução CVM 476;
- (xxiv) solicitar a autorização prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, para alterações societárias de qualquer natureza que impliquem a transferência, por qualquer das suas acionistas, do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, Philco ou Diamond, conforme o caso, em face do disposto nos incisos (xi) e (xii) do item 6.1.1 acima;
- (xxv) arcar de forma exclusiva com todos os custos relativos à Emissão;
- (xxvi) realizar, tempestivamente, o recolhimento de quaisquer tributos que incidam e venham a incidir sobre as Debêntures, os quais sejam legalmente atribuídos à Emissora;
- (xxvii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxviii) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (xi) do item 9.3.1 no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xii) do item 9.3.1 abaixo;



- (xxix) abster-se de negociar debêntures de sua emissão até o envio da comunicação de encerramento à CVM, salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores;
- (xxx) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de:
(a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (xxxi) comunicar ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, item, termos ou condições desta Escritura de Emissão, inclusive com relação às suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os Debenturistas, imediatamente, mas dentro do prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, após o referido descumprimento;
- (xxxii) realizar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxxiii) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária municipal, estadual e federal, trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa fé nas esferas administrativa ou judicial;
- (xxxiv) obter e manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, incluindo as societárias, governamentais e de terceiros, exigidas para: (a) a celebração, validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão, das Fianças, das Garantias Reais e do Contrato de Cessão Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas; e (b) o fiel,



pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias da Emissora decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;

- (xxxv) notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xxxvi) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e demais documentos da Emissão; e
- (xxxvii) tomar todas as medidas que se fizerem necessárias para a formalização das Fianças e das Garantias Reais, incluindo o registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e de seus aditamentos, conforme aplicável, correndo por conta da Emissora todas as despesas atuais e futuras, inclusive de natureza fiscal, que decorram dos referidos registros.

7.1.2. Além das obrigações gerais acima descritas, são obrigações específicas da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476:

- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;



- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário;
- (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (viii) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores, nos termos dos incisos (iii) e (vi) deste item; e
- (ix) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações a que se refere o presente item podem ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Declarações

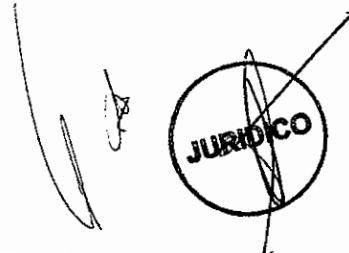
8.1.1. A Emissora, Philco e Diamond, naquilo que lhes couber e conforme aplicável, de forma individual e não solidária, neste ato, declaram e garantem que:

- (i) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, conforme o caso, à celebração desta Escritura de Emissão, bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) **(a)** esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigações legais,



válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, da Philco e da Diamond, conforme o caso, exequíveis de acordo com seus respectivos termos e condições, exceto na medida em que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral; e **(b)** tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida da Emissora, da Philco ou da Diamond, conforme o caso, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de exigência prevista em lei;

- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus respectivos órgãos societários competentes e não infringem: **(a)** seu estatuto social; ou **(b)** qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e a emissão das Debêntures não infringem qualquer: **(a)** disposição legal, ordem ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, Philco e Diamond ou qualquer de seus bens ou propriedades, conforme o caso; **(b)** contrato ou instrumento do qual a Emissora, Philco ou Diamond sejam parte; ou **(c)** obrigação anteriormente assumida pela Emissora, Philco ou Diamond, conforme o caso, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) não omitiram ou omitirão nenhum fato que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de suas respectivas situações econômico financeiras ou jurídicas em prejuízo dos Debenturistas;
- (vii) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora, Philco e Diamond, conforme o caso, nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora, Philco e Diamond, conforme o caso, referentes aos períodos encerrados em tais datas;



- (viii) as informações financeiras da Emissora, Philco e Diamond foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso substancial na situação financeira e nos resultados operacionais em questão;
- (ix) encontram-se adimplentes no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (x) detêm todas as autorizações, alvarás e licenças necessárias, inclusive ambientais, societárias e regulatórias, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o regular exercício de suas respectivas atividades, estando todas elas válidas;
- (xi) seus respectivos representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora, Philco e Diamond, conforme o caso, na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (xii) a Emissora, a Philco e a Diamond não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- (xiii) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais documentos da Emissão;
- (xiv) a Emissora observará as regras de destinação dos recursos da Emissão previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xv) manterão em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (xvi) a Emissora não realizará outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contado da data de encerramento da



Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

- (xvii) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xviii) a Emissora tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada, por sua livre vontade, com as instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários da Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa fé;
- (xix) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP;
- (xx) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão, e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes; e
- (xxi) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

8.1.2. O Sr. César e a Sra. Adriana, neste ato, declaram e garantem que:

- (i) estão devidamente capacitados para a celebração desta Escritura de Emissão, bem como à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;



- (ii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigações legais, válidas, vinculantes, exigíveis e exequíveis de acordo com seus respectivos termos e condições;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e a Emissão não infringem qualquer lei ou qualquer restrição contratual que os vincule ou afete;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, a prestação da Fiança e a Emissão não infringem qualquer: **(a)** disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que lhes afete ou qualquer de seus bens ou propriedades; **(b)** contrato ou instrumento do qual seja parte; ou **(c)** obrigação anteriormente assumida nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) não omitiram ou omitirão nenhum fato que possa resultar em alteração substancial de suas respectivas situações econômico financeiras ou jurídicas em prejuízo dos Debenturistas;
- (vi) encontram-se adimplentes no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (vii) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (viii) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão;
- (ix) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de seus conhecimentos, que possam vir a afetar de forma material e adversa as suas respectivas capacidades de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e



- (x) na data de assinatura desta Escritura de Emissão não possuem quaisquer débitos em relação a quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais, de qualquer natureza, que afete materialmente as suas respectivas capacidades de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Caso recebam quaisquer notificações ou autuações relacionadas a possíveis débitos em relação a quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais, de qualquer natureza, e que causem efeito material adverso no âmbito da Emissão, notificarão o Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis do recebimento de referida notificação ou autuação.

- 8.1.3. A Emissora e os Fiadores comprometem-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Agente Fiduciário

- 9.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os Debenturistas perante a Emissora.

9.2. Substituição

- 9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora realizá-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha



do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.2.6 abaixo.

- 9.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso do inciso (ii) do item 9.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora para que comunique os Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 9.2.4. A substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos prescritos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 28**") e deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCEPAR, nos termos do item 3.7.1 desta Escritura de Emissão.
- 9.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 9.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá devolver à Emissora, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição. O valor a ser pago pela Emissora ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.
- 9.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à



disposição do novo agente fiduciário que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que o agente fiduciário substituto cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

- 9.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos da CVM e eventuais normas posteriores aplicáveis.

9.3. **Deveres**


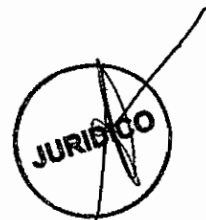
- 9.3.1. Além de outros previstos em lei, na Instrução CVM 28 e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (v) acompanhar anualmente a manutenção dos Índices Financeiros previstos nesta Escritura de Emissão e, em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da ciência da ocorrência dos Eventos de Inadimplemento,



previstos nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, informar os Debenturistas sobre qualquer descumprimento dos Índices Financeiros ou da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;

- (vi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vii) acompanhar o cálculo e a apuração dos Juros Remuneratórios e das parcelas de amortização, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (viii) verificar, conforme o caso, a regularidade da constituição das Fianças e das Garantias Reais, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, Philco e Diamond e onde se localiza o domicílio do Sr. César e da Sra. Adriana;
- (x) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve realizar suas publicações;
- (xi) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, repactuação e pagamento dos Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (h) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança e das Garantias Reais;
 - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por suas afiliadas ou por companhias integrantes do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i.1) denominação da companhia ofertante; (i.2) valor da emissão; (i.3) quantidade de debêntures emitidas; (i.4) espécie; (i.5) prazo de vencimento das debêntures; (i.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (i.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- (xii) colocar o relatório de que trata o inciso (xi) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos



seguintes locais: **(a)** na sede da Emissora; **(b)** no seu escritório; **(c)** na CVM; e **(d)** na sede do Coordenador Líder;

- (xiii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xiv) comunicar a Emissora acerca da declaração de Vencimento Antecipado;
- (xv) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada às Fianças e às Garantias Reais;
- (xvi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xvii) solicitar, inclusive se requisitado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xviii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xx) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas de forma parcial;
- (xxi) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis, contado da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas na



presente Escritura de Emissão, inclusive as hipóteses previstas nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM;

- (xxii) divulgar as informações referidas na alínea (i) do inciso (xi) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (xxiii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (xxiv) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis contados de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada;
- (xxv) comunicar os Debenturistas, assim que ciente, sobre qualquer alteração substancial nas condições, financeiras ou não, ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma substancial, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (xxvi) comunicar, imediatamente, aos Debenturistas qualquer ocorrência que importe modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 4.2 desta Escritura de Emissão, e declarar, se for o caso, o Vencimento Antecipado, nos termos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão; e
- (xxvii) disponibilizar o Valor Nominal Unitário, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de seu *website*.

9.4. Atribuições Específicas

- 9.4.1. Observadas as disposições da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e Fiadores para a proteção e defesa dos interesses dos



Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto no item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) cobrar o pagamento e o fiel cumprimento das Fianças e das Garantias Reais, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, aplicando os respectivos produtos na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i), (ii), (iii) e (iv) do item 9.4.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do inciso (v), será suficiente a deliberação dos titulares da maioria das Debêntures em Circulação.

9.4.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, em nenhuma hipótese, responsável pela elaboração dos documentos societários da Emissora.



9.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disso aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.4.5. O Agente Fiduciário pode se fiar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros previstos nesta Escritura de Emissão.

9.5. **Declarações do Agente Fiduciário**

9.5.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (iii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (v) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável;



- (vi) que a presente Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (viii) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (ix) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que prestação de serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Diamond ("1ª (Primeira) Emissão da Diamond"), com vencimento em 25 de junho de 2015, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, contudo não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação ou inadimplemento. Na Data de Emissão, as debêntures da 1ª (Primeira) Emissão da Diamond são garantidas por garantia fidejussória da Philco, do Sr. César e Sra. Adriana e da Emissora, conforme previsto na escritura de emissão da 1ª (Primeira) Emissão da Diamond; e
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto.

9.6. **Remuneração do Agente Fiduciário**

- 9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela



devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes.

9.6.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata o item 9.6.1.

9.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento), bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: **(i)** ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza); **(ii)** PIS (contribuição ao programa de integração social); **(iii)** COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social); e **(iv)** quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (imposto de renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento

9.6.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere o item 9.7.1 acima será realizado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. Não obstante o disposto no item 9.7.1 acima, os Debenturistas poderão, sempre que possível e desde que previamente aprovadas, adiantar, ao Agente



Fiduciário: **(i)** todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas; e **(ii)** eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento de tais valores por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência. Posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, tais recursos e despesas adiantados pelos Debenturistas ao Agente Fiduciário deverão ser ressarcidos pela Emissora.

9.7.4. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas poderão incluir também, a exclusivo critério dos Debenturistas, os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

9.7.5. As despesas a que se refere este item 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão;
- (iii) extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
- (iv) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.





- 9.7.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido pago na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Assembleia Geral de Debenturistas

- 10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**").
- 10.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, em jornais de grande circulação e diários oficiais e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
- 10.1.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, para assembleias gerais.
- 10.1.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 10.1.5. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora, diretas ou indiretas, controladoras, ou grupo de controle, sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
- 10.1.6. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável da totalidade dos Debenturistas, aprovar: (i)

qualquer modificação nos termos e condições das Debêntures estabelecidos nas seguintes cláusulas desta Escritura de Emissão: Cláusula IV (Características da Emissão), Cláusula V (Características das Debêntures), Cláusula VI (Vencimento Antecipado), item 7.1 da Cláusula VII (Obrigações Adicionais) e Cláusula X (Assembleia Geral de Debenturistas); e (ii) o pedido de dispensa de cumprimento de obrigações assumidas pela Emissora e Fiadores no âmbito desta Escritura de Emissão (*waiver*).

- 10.1.7. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá 1 (um) voto.
- 10.1.8. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da prévia aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.
- 10.1.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao representante do Debenturista eleito pelos demais Debenturistas.
- 10.1.10. Será dispensada a realização de Assembleias Gerais dos Debenturistas caso as Debêntures sejam detidas em sua totalidade por um único Debenturista ou caso a totalidade dos Debenturistas acordem, por escrito, na decisão a ser tomada.
- 10.1.11. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 10.1.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.



CLÁUSULA XI - ESCRITURADOR MANDATÁRIO E BANCO LIQUIDANTE DE EMISSÃO

- 11.1. O **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador mandatário da presente Emissão, responsável também pela custódia da Escritura de Emissão e dos demais documentos associados à Emissão ("**Escriturador Mandatário**").
- 11.2. O **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o banco liquidante de Emissão ("**Banco Liquidante de Emissão**").

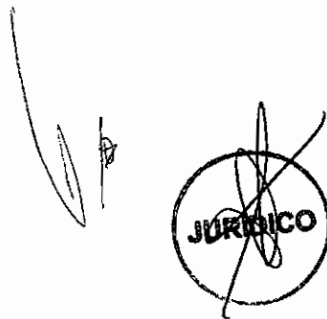
CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Renúncia

- 12.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou dos Fiadores, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou pelos Fiadores nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Custos de Registro

- 12.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.



12.3. **Irrevogabilidade**

12.3.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.4. **Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens**

12.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4.2. Os títulos das cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

12.5. **Título Executivo Extrajudicial**

12.5.1. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes em decorrência desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro.

12.6. **Publicidade**

12.6.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, poderão ser publicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Emissora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores no prazo mínimo de 3 (três) Dias Úteis da ciência do ato a ser divulgado, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a mesma deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal e publicar, nos Jornais de



Publicação da Emissora anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

12.7. **Comunicações**

12.7.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou registrado (com aviso de recebimento) ou entregue por portador, e-mail ou fac-símile, para os seguintes endereços:

(a) Se para o Agente Fiduciário ou para os Debenturistas:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ CEP 22.640-102
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
e-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

(b) Se para a Emissora:

BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S.A.
Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1.330, Bairro Hugo Lange
Curitiba, PR CEP 80.040-265
At.: Srs. Denis Albuquerque / Fábio Caldeira Klimavicius
Telefone: (41) 3218-7710 / 3218-7657
Fac-símile: (41) 3218-7898
e-mail: denis.albuquerque@britania.com.br /
fabio.klimavicius@britania.com.br

(c) Se para a CETIP:

CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Bairro Jardim Paulistano
São Paulo, SP CEP 01.452-001



At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564

(d) Se para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
São Paulo, SP, 04.538-132

At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
Fac-símile: (11) 2797-3140
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(e) Se para o Banco Liquidante de Emissão:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
São Paulo, SP 04.344-902

At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
Fac-símile: (11) 2797-3140
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(f) Se para os Fiadores:

DIAMOND BUSINESS TRADING S.A.

Rua Dona Francisca, nº 12.340, Bairro Pirabeiraba
Joinville, SC CEP 89.239-270

At.: Srs. Denis Albuquerque / Fábio Caldeira Klimavicius
Telefone: (41) 3218-7710 / 3218-7657
Fac-símile: (41) 3218-7898
e-mail: denis.albuquerque@britania.com.br /
fabio.klimavicius@britania.com.br

PHILCO ELETRÔNICOS S.A.

Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1.330, Bairro Hugo Lange
Curitiba, PR CEP 80.040-265

At.: Srs. Denis Albuquerque / Fábio Caldeira Klimavicius
Telefone: (41) 3218-7710 / 3218-7657



Fac-símile: (41) 3218-7898
e-mail: denis.albuquerque@britania.com.br /
fabio.klimavicius@britania.com.br

**SR. CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA E SRA. ADRIANA VIALLE
BUFFARA**

At.: Srs. Denis Albuquerque / Fábio Caldeira Klimavicius
Telefone: (41) 3218-7710 / 3218-7657
Fac-símile: (41) 3218-7898
e-mail: denis.albuquerque@britania.com.br /
fabio.klimavicius@britania.com.br

12.7.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.7.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

12.8. **Prorrogação dos Prazos**

12.8.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

12.8.2. Considera-se "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

12.9. **Cessão**

12.9.1. A Emissora e os Fiadores não poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder esta Escritura de



Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora ou dos Fiadores.

12.10. Verificação de Veracidade

12.10.1. A Emissora e os Fiadores obrigam-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos diretos a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

12.10.2. A Emissora e os Fiadores obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos ou despesas, incluindo custas judiciais e honorários advocatícios, incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Escritura de Emissão.

12.10.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário: **(i)** que criarem responsabilidade para os Debenturistas e exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e **(ii)** relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária, somente serão válidas, mediante a prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

12.11. Lei Aplicável

12.11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.12. Eleição de Foro

12.12.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados



que sejam, para dirimir qualquer questão decorrente desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 9 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.


Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2014



Página 1/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Britânia Eletrodomésticos S.A.

1.º Tabelião
R. João das Pinhas, 14

BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S.A.
na qualidade de Emissora


Eduardo Issacson Buffara
Presidência

Nome: _____
Cargo: _____

Bel. DALTON B. CORDEIRO 1.º Tabelião
Rua Izabel A. Redentora, 2230
São José dos Pinhais-PR, Fone
3299-2800

Reconheço a(s) firma(s) de:
[HcmvRQda] - CESAR EDUARDO ISAACSON.....
BUFFARA.....
por SEMELHANÇA; face a abstenção do
signatário em comparecer na Serventia.
(CN. 11.6.3.4).

Em testemunho da verdade.
S.J. Pinhais, 01 de Outubro de 2014

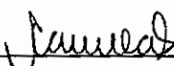
094-ANDREA PRZYBYCIEN
ESCREVENTE

Selo n. CvFjc . 9MOC5 . n57bi - PLHFD .
IMES
Valide esse selo em
<http://funarpen.com.br>



Página 2/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Britânia Eletrodomésticos S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas


Nome: _____
Cargo: **Camila de Souza**
Procuradora

2º OFÍCIO DE NOTAS - TABELIÃO: ADILSON WAGNER FIRMINO

Estr. dos Bandeirantes, 209 - Lj C/D- Taquara - RJ - Fone: (021) 2445-8785

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

CAMILA DE SOUZA.

Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 2014. Conf. por _____

Em testemunho _____ da verdade.

Emolumentos. R\$4,28

Impostos. R\$1,42

Total R\$5,70

CTPS 78631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE AUTO
EANS62326-BVC Consulte em <http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Página 3/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Britânia Eletrodomésticos S.A.

1.º Tabelião
do J. de São Paulo - SP

PHILCO ELETRÔNICOS S.A.
na qualidade de Fiador


Cesar Eduardo Issacson Buffara
Presidência

Nome:

Cargo:

Bel. DALTON B. CORDEIRO 1º Tabelião
Rua Izabel A. Redentora, 2230
São José dos Pinhais-PR, Fone
3299-2800

Reconheço a(s) firma(s) de:
[Handwritten] - CESAR EDUARDO ISAACSON.....
BUFFARA.....
por SEMELHANÇA; face a ausência do
signatário em comparecer na Serventia.
(CN. 11.6.3.4).

Em testemunho de verdade.
S.J. Pinhais, 01 de Outubro de 2014

894-ANDREA PRZYKICIEN
ESCREVENTE
AMD

Selo n. 4vFjc . 9NICS . Awhbi - PROFD .
IMES
Valide esse selo em
<http://funarpen.com.br>



missão
pécie
l.

Neser Eduardo Issacson Buffara
Presidência

JURIDICO

Página 5/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Britânia Eletrodomésticos S.A.

*1.º Tabelião
São José dos Pinhais - PR*
CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA
na qualidade de Fiador

SR. CÉSAR E. I. BUFFARA
RG nº: 1.452.807-5 SS/PR
CPF nº: 854.047.689-72

CPF/MF:

RG:

*1.º Tabelião
São José dos Pinhais - PR*
ADRIANA VIALLE BUFFARA
na qualidade de cônjuge autorizante

CPF/MF:

RG:

Bel. DALTON R. CORDEIRO 1º Tabelião
Rua Izabel A. Redentora, 2230
São José dos Pinhais-PR, Fone
3299-2800

Reconheço a(s) firma(s) de:
[HcmvRQc] CESAR EDUARDO ISAACSON.....
BUFFARA.....
[HcmvITG] ADRIANA VIALLE BUFFARA.....
por SEREALANCA; face a abstenção do
signatário em comparecer na Serventia.
(CN. 11.6.3.4).

Em testemunho da verdade.
S.J. Pinhais, 01 de Outubro de 2014

094-ANDREA PRZYBICIEN
ESCREVENTE
AMD

Selo n. SvFjc . 9MjCS . wn9bi - PICFD .
INED
Valide esse selo em
<http://funarpen.com.br>



Página 6/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Britânia Eletrodomésticos S.A.

ADRIANA VIALLE BUFFARA
na qualidade de Fiadora

Adriana Vialle Buffara
CPF/MF:

RG:

CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA
na qualidade de cônjuge autorizante

SR. CÉSAR E. I. BUFFARA
RG nº: 12.807.3 SS/PR
CPF nº: 834.017.689-72

CPF/MF:

RG:

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/10/2014
SOB NÚMERO: ED001783000
Protocolo: 14/580872-6, DE 02/10/2014
Empresa: 41.3.0008739-3
BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S.A.
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL

Bel. DALTON B. CORDEIRO do Tabelião
Rua Izabel A. Legendre, 230
São José dos Pinhais - PR, Fone
3299-2800

Reconheço a(s) firma(s) de:
[Assinatura] - CÉSAR EDUARDO ISAACSON
BUFFARA
[Assinatura] - ADRIANA VIALLE BUFFARA
por SEMEALTA, que se abstém de
sua função de comparecer na Serenata.
(C.O. 11.6.3.4)

Em testemunho
S.J. Pinhais, 01 de Outubro de 2014
[Assinatura] da autoridade
S. J. Pinais, 01 de Outubro de 2014
[Assinatura] da autoridade

Selo n. 5w/jc. 9m/CS. 288ki - PM/PR.
LNEO
Valide esse selo em
<http://funarpen.com.br>

JURIDICO

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMISSORA ATESTANDO O CUMPRIMENTO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTA NO ITEM 4.2

[DATA]

À Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Fazemos referência ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Britânia Eletrodomésticos S.A.", celebrado em 29 de setembro de 2014, entre Britânia Eletrodomésticos S.A., na qualidade de emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário e representante dos debenturistas, Philco Eletrônicos S.A., Diamond Business Trading S.A., Sr. César Eduardo Isaacson Buffara e sua cônjuge Sra. Adriana Vialle Buffara, na qualidade de Fiadores ("Escritura de Emissão"). Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira neste instrumento, terão os significados estabelecidos na Escritura de Emissão.

Nos termos do item 4.2 da Escritura de Emissão, os representantes legais da Emissora declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretratável que: (i) estão devidamente autorizados a emitir a presente declaração; e (ii) os recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures foram destinados à realização do pagamento das seguintes dívidas:

Empresa	Banco	Contrato	Valor da Dívida	Valor Pago
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

As declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão permanecem integralmente válidas e verdadeiras na presente data. A Emissora declara, ainda, que não está em curso nenhum dos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão.

Curitiba, [•] de [•] de 2014

BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S.A.
na qualidade de Emissora

